

CLAUDIA DE LIMA COSTA E ALAI GARCIA DINIZ

Entrevistam

Mary Louise Pratt

Por uma perspectiva crítica feminista

Mary Louise Pratt é professora de literatura latino-americana e literatura comparada na Universidade de Stanford (Califórnia, Estados Unidos). Escreveu numerosos ensaios sobre teoria literária, literatura hispano-americana, crítica feminista e teoria pós-colonial. Seus livros incluem *Toward a Speech Act Theory of Literary Discourse* (1980) e *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (1992); é co-autora de *Women, Culture and Politics in Latin America* (1990). Foi uma das fundadoras do 'Seminário sobre Feminismo e Cultura na América Latina' — um grupo de pesquisadoras que durante quinze anos promoveu o estudo sobre mulheres escritoras e sobre as dinâmicas de gênero e cultura na América Latina. Em 1998 e 1999 foi pesquisadora-visitante no Centro de Investigación y Estudios Superiores de Antropología Social em Guadalajara, México. Atualmente estuda os discursos da modernidade na Europa e nas Américas.

Claudia de Lima Costa: Como você analisa a produção acadêmica hoje sobre literatura de viagem, e que a relação você poderia traçar entre essa literatura e os estudos de gênero?

1 New York: Routledge, 1992. Traduzido para o português como *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturização*. Bauru: Edusc, 1999.

Mary Louise Pratt: Alguns anos após a publicação de *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*¹, fiquei preocupada com o que considero perspectivas críticas e não críticas sobre a literatura de viagem. Recentemente tem-se montado toda uma indústria da literatura de viagem. Praticamente todos os meses recebo cartas me convidando para participar de algum conselho editorial, de uma enciclopédia de literatura de viagem, de um dicionário sobre literatura de viagem ou de uma antologia. Mas percebemos que na maioria desses textos o estudo da literatura de viagem, em vez de ser uma possibilidade a partir da qual podemos fazer uma leitura crítica do Império (que foi meu projeto em *Olhas do Império*), tornou-se um espaço para exotizar o colonialismo, estranhar o Império e contemplá-lo com certa curiosidade. A literatura de viagem, então, vira um espaço onde o centro, mais uma vez, contempla-se a si mesmo, sem críticas. Então, por exemplo, quando recebi um convite para fazer parte do conselho editorial de uma enciclopédia sobre o tema, a descrição que lá encontrei de literatura de viagem começava com uma frase que definia esse gênero literário como textos publicados na Inglaterra. De repente vemos que, de uma maneira muito instrumental, esse projeto instala-se dentro das linhas do Império. A definição acima de literatura de viagem já vetou, desde o início, a possibilidade de uma enciclopédia com perspectiva crítica. A indústria acadêmica vai criando novos campos de pesquisa quando ninguém precisa mais saber o que é uma pesquisa. Precisamos insistir no projeto da descolonização do mundo e dos saberes. Não podemos deixar desaparecer aquelas palavras que acho fundamentais: Império, Imperial. Caso contrário, fica o colonialismo, uma coisa exótica que estudamos com curiosidade. Legitima-se novamente o presente colonial. Acho que é possível observar um processo semelhante acontecendo nos estudos de gênero. De repente, quando o 'gênero' veio para substituir a categoria 'feminismo', abstram-se possibilidades de abordagem não críticas sobre a sociedade e seus sistemas de gênero. Você não pode fazer pesquisa feminista que não seja crítica, pois a própria palavra 'feminismo' significa o engajamento num projeto que transforme, ou que ajude a transformar, o sistema existente. Não podemos falar de pesquisa feminista se não houver perspectiva crítica ou se a pesquisadora não tiver interesse em identificar seu objeto de estudo como feminista. Já uma perspectiva de gênero abre espaço para algo descritivo e que acaba legitimando o *status quo*. Em outras palavras, freqüentemente uma pesquisa sobre relações de gênero permitirá maior compreensão sobre por quê as mulheres e os homens são o que são, mas a necessidade de mudar, de transformar tais relações, tende a

desaparecer no estudo. Não só deixa de ser fundamental, mas desaparece por completo. Na universidade em que trabalho [Stanford], por exemplo, há um eterno debate sobre o programa de estudos feministas, um programa de graduação fundado por uma geração de feministas, mulheres agora entre 60 e 65 anos. Elas insistiram muito, tiveram que lutar muito para fundar um programa com o nome de Estudos Feministas. O interessante é que em Stanford qualquer programa precisa ser reavaliado a cada três ou quatro anos. E sempre que este programa é reavaliado, inicia-se novamente uma luta para defender o nome Estudos Feministas. E essa defesa só é possível porque o programa tem muito êxito, é academicamente muito sólido, com muitos estudantes matriculados (não só mulheres). É o único lugar, por exemplo, onde você pode estudar sexualidade de maneira crítica.

Alai: No prefácio à edição brasileira de *Os Olhos do Império*, você conta a história de uma guerrilheira colombiana que em abril de 1999 fugiu com um soldado preso que ela tinha que vigiar. Isso me fez lembrar do famoso arquétipo feminino mexicano, a Malinche. Como você analisa hoje essa construção da mulher nativa como traidora a partir do ponto de vista da descolonização do conhecimento?

Mary Pratt: A figura da Malinche é muito interessante. Acho estranho o fato de ela ter sido qualificada como traidora, mistificada daquela forma. Meu encontro com ela foi, primeiro, através da literatura produzida pelas poetisas chicanas.² As escritoras chicanas desenvolveram um dos projetos literários mais ricos, durante os anos 1970 e 1980, que foi o da recodificação da Malinche. Praticamente todas as poetisas chicanas têm um poema, ou uma série de poemas, sobre a Malinche, onde ela aparece recodificada como mediadora cultural. A história da Malinche é uma espécie de metonímia da história invisível das mulheres na Conquista. Ela revela, por exemplo, o fato de que, no contexto da Conquista, as mulheres tinham opções históricas diferentes das dos homens. Existia a possibilidade de se tornar dependente de um soldado espanhol e assim garantir sua sobrevivência econômica. Foi daquela opção particular da Malinche que surgiu a sociedade mexicana! Como foi possível, pergunto-me, escrever a história do México sem a Malinche? O mito dela sobreviveu como o 'traço' (na acepção desconstrutivista) de todas aquelas mulheres que ficaram fora da história militarizada. Através da Malinche, portanto, podemos reescrever e repensar a história.

Alai: Você acha que essa visão das chicanas sobre a Malinche transformou a maneira como ela é interpretada hoje no México?

Mary Pratt: Minha experiência é que todo o fenômeno chicano deixa meus colegas mexicanos muito impacientes, exceto aqueles que estão trabalhando com a questão da fronteira e da cultura da fronteira (por exemplo, a fronteira entre

2 Chicanas são descendentes de mexicanos residentes nos Estados Unidos — especialmente nas regiões que eram parte do México até sua incorporação pelos Estados Unidos.

Tijuana e San Diego). Outra exceção a respeito do preconceito contra os chicanos são os/as intelectuais no México que fazem uma ponte com as chicanas, como Elena Poniatowska. Mas se você se desloca para o sul do México, encontra muita impaciência em relação aos chicanos. Essa impaciência é um fenômeno de muitas dimensões, inclusive as de classe e raça. As intelectuais chicanas de minha geração vieram de famílias cujos pais foram *braceros* — pessoas da classe mais pobre do México que migraram para os Estados Unidos.

Alai: Em *Os Olhos do Império*, Flora Tristán e Mary Kingsley se diferem dos viajantes naturalistas pelos dramas políticos retratados. As duas, por exemplo, começam se localizando a partir do espaço domiciliar, ou seja, pelo privado, pela independência pessoal, e então falam da autoridade social. Por outro lado, os homens constroem sua narrativa pelo aventureirismo, pela erudição e pela sobrevivência. Seria a falta de uma posição marcada pela racionalidade a contribuição do discurso feminino na literatura de viagem? As escritoras deixavam de exercer em sua escritura essa forma de colonização?

Mary Pratt: Isso é exatamente o que procurava sugerir em *Olhos do Império*. Qual era o projeto de Flora Tristán e Mary Kingsley? No livro utilizo a categoria de 'exploradoras sociais', mas penso que não consegui definir muito claramente o projeto delas. Acho que foi, em parte, um projeto de sobrevivência. Porém, mais tarde, quando estudava Mary Kingsley, entendi que para ela a busca pela sobrevivência não era problema. Ela procurava ironizar tudo. Todas elas têm um desejo que surge no momento das feminotopias, que é uma visão de outro tipo de 'relacionalidade'. Mas tudo isso ficou um pouco vago no livro. Gostaria de ter feito mais, porém me faltaram textos.

Alai: É interessante elas terem sido recuperadas pela tradição socialista. Por exemplo, a peruana Flora Tristán, apesar de sua vida européia, acabou fazendo parte da tradição peruana do socialismo.

Mary Pratt: Li recentemente um livro fascinante sobre ela de uma grande socialista peruana, Magda Portal. É preciso lembrar que o nome de Flora Tristán foi re-introduzido no Peru por Mercedes Cabello de Carbonera. Quando Mercedes falou de Flora Tristán a partir de uma perspectiva feminista (fazendo uma crítica severa a Flora), ela foi atacada de forma muito violenta, o que a acabou silenciando, intimidando-a. Desde então houve um silêncio total sobre Flora, até que apareceu o estudo de Magda Portal, mostrando que o lado socialista de Flora não foi adotado pelo socialismo peruano, mas sim pelo feminismo peruano. Tanto que o centro de estudos feministas no Peru leva seu nome (Centro Flora Tristán). Mas eu não diria que ela era necessariamente parte da cultura de esquerda do Peru, pois este é um projeto muito masculinista.

Alai: No Brasil, se tomamos a geração de 68, por exemplo, primeiro fomos socialistas para depois virarmos feministas,

Mary Pratt: Mas há uma diferença entre o socialismo no Brasil e no Peru. No Peru as mulheres que queriam fazer o que elas chamavam de dupla militância (lutar contra a opressão masculina e contra a exploração do capitalismo) eram obrigadas pelo partido a escolher apenas uma forma de militância. Ou você era do partido ou era feminista. Creio que no Brasil não foi assim. Houve talvez maior tolerância.

Alai: No Brasil o que aconteceu foi que o feminismo surgiu com força, como movimento, a partir da década de 1970, durante a ditadura.

Mary Pratt: O nível de mobilização social das mulheres de todas as classes em diferentes movimentos nos anos 1980 e 1990 em outros países da América Latina foi um fenômeno muito importante. A categoria 'feminista' não pode descrever aquele fenômeno que acompanhava as intervenções neoliberais e, infelizmente, não temos outro termo para fazer-lhe referência. De repente, os salários dos homens foram reduzidos pela metade, e as mulheres se viram obrigadas a coletivizar todo o lado doméstico da vida, digo, a cozinha, o cuidado com os filhos etc. Não podemos rotular toda essa mobilização de feminismo, e esse é um desafio para a historiografia.

Alai: Minhas influências feministas já vêm com essa carga de gênero, que nem sempre são meramente descritivas. Além disso, há uma tendência em se ver os estudos feministas como uma questão de vitimização, o que foi muito comum na década passada. Por isso optei por falar de gênero e não de feminismo.

Mary Pratt: Sei que aqui no Brasil a palavra feminismo tem uma história complicada e que politicamente ela foi muitas vezes identificada como reacionária. Na América Latina o feminismo foi historicamente identificado com uma mentalidade burguesa, algo narcísica, preocupada apenas com a sexualidade e com o psicológico, e não com questões sociais. Existem, efetivamente, incompatibilidades entre o feminismo norte-americano e o latino-americano, principalmente em relação às prioridades de cada um. Tudo isso ficou muito claro no México, em 1975, quando inauguraram a Década da Mulher. Ouvimos a boliviana Domitila Barrios de Chungara³ e a norte-americana Betty Friedan, e percebemos claramente os diferentes contextos da palavra feminismo. Mas é verdade também que o gênero, como categoria analítica, abriu a possibilidade para falarmos dos homens. Afinal, eles também têm gênero (risos)! Contudo, a categoria de vitimização (associada ao feminismo) foi em grande parte uma invenção masculina. Explico-me. Há três ou quatro anos, fiz uma palestra em um congresso sobre o romance contemporâneo em Cartagena, na Colômbia, mais especificamente sobre romances de guerra escritos por mulheres. Falei sobre dois romances da revolução mexicana, um de Nellie Campobello, uma escritora brilhante dos anos 1930, o outro de Laura Esquivel, *Como Água para Chocolate*. Nesses

3 Domitila B. de Chungara tem seu testemunho publicado como *Se me Permitem Falar: Depoimento de uma Mineira Boliviana*. Moerna Viezer (org.). 12ª edição. São Paulo: Global, 1997.

dois textos buscava entender como as mulheres se relacionam com a história, que construção elas fazem da história numa sociedade em estado de guerra. No romance histórico típico, o cenário de guerra é privilegiado, é o teatro da guerra. Quando a mulher escreve, ela mostra a sociedade inteira em estado de guerra. Depois da palestra houve duas perguntas. A primeira veio de um espanhol que indagou-me se meu estudo tinha alguma base metodológica, insinuando que eu estava inventando um tipo de análise. Fiquei irritada e lhe respondi que a crítica literária feminista já tinha 25 anos de existência e que não era mais hora de ela receber questionamentos metodológicos! Recebi aplausos, pois o auditório estava repleto de mulheres frustradas com aquele congresso. A segunda pergunta foi sobre vitimização. Um senhor (que não conhecia) observou que "já havia passado a hora do lamento". Não era um lamento mas uma análise, respondi-lhe. Novamente, aplausos. Fascinou-me o fato de que este senhor taxou o que fiz de lamento. Percebi, então, que você pode aplicar a palavra vitimização (ou mesmo lamento) a qualquer coisa que seja crítica e que você não gosta. Temos um caso exemplar disso, que são os ataques recentes a Rigoberta Menchú. Rigoberta, em seu testemunho, está longe de apresentar-se como vítima.⁴ Ela é uma pessoa muito forte, muito inteligente e muito clara na sua análise, entretanto os críticos estão sempre buscando desqualificá-la. Precisamos distinguir entre o *problema da vitimização* e o *problema da crítica vista como vitimização*. A categoria de vítima é usada frequentemente para nos representar como passivas. É, portanto, uma fantasia. O sistema de valores patriarcais sente-se muito ameaçado pelo que a gente faz, por isso eles querem vitimizar.

Alai: Mary, você sabia que no Brasil ainda há críticos literários que afirmam conhecer apenas o gênero literário e que para eles nenhuma outra categoria crítica pode ser pensada a partir do termo gênero?

Mary Pratt: Questionar o sistema de gênero é algo muito radical. O gênero diz respeito a todo mundo, e as mulheres são cinquenta por cento ou mais do mundo, então se você fala realmente em eliminar as subordinações de gênero, está falando de uma revolução social fundamental. Recentemente dei uma palestra no México sobre gênero, em um evento organizado pela Câmara de Deputados. Era um seminário sobre direitos culturais. Nos três dias do seminário, só havia uma pessoa, eu, falando sobre gênero. Foi curioso ver que eles reconheceram que o gênero tinha que figurar de alguma forma dentro dos direitos culturais, mas receavam dar prioridade àquela idéia. Então só me convidaram na última hora para o final do seminário (risos).

Claudia: Algumas feministas norte-americanas proclamam a dissolução do gênero, percebendo-o tão intersectado pelas categorias da diferença que não pode mais ser separado, por exemplo, de raça, etnia, sexualidade etc. Assim o gênero estaria desaparecendo, não po-

4 *Meu Nome é Rigoberta Menchú e Assim Nasceu Minha Consciência*. Elizabeth Burgos (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

endo mais ser um ponto de partida para nossas análises. O que você diz sobre isso?

Mary Pratt: Não vejo a lógica do último passo deste raciocínio. Dizer que o gênero está atravessado pelas outras categorias da diferença e concluir que o gênero tem que se dissolver não faz sentido. Prefiro pensar no gênero como um espaço onde colocamos certos problemas. É muito importante um espaço, por exemplo, onde possa haver esse debate sobre o gênero em sua relação com raça, classe etc.

Alai: O gênero é uma categoria que necessita uma especificidade. Essa categoria não se dissolve.

Claudia: Mas chegar, analiticamente, a essa especificidade torna-se o grande desafio para as teorias feministas. Lembro-me da Nancy Miller ter falado (não sem bem onde) que se as teorias feministas abrem mão do gênero, vão virar estudos culturais.

Mary Pratt: Lembro-me, aliás muito bem, quando o sujeito se dissolveu nos Estados Unidos (risos). Houve um momento muito interessante nos anos 1980 quando, de repente, todos os teóricos da cultura, da subjetividade começaram a dissolver o sujeito. Seguindo o pensamento de Foucault, disseram que o sujeito é constituído pelas forças e relações de poder, que não existe fora disso. Um acadêmico afro-americano (acho que foi Henry Louis Gates) indagou: "não é curioso que eles declararam a morte do sujeito no preciso momento quando nós, afro-americanos, chicanos, mulheres etc chegamos a espaços de poder como sujeitos constituídos pelas identidades de gênero, raça, etnia, classe etc, e conscientes de nossas diferenças em relação ao sujeito branco?" Essa morte declarada do sujeito é uma perversão terrível do que postulava Foucault e veio exatamente quando os novos sujeitos começaram a mudar as instituições.

Claudia: E quando as mulheres começaram a marcar sua autoria sobre os textos.

Mary Pratt: Claro! E por outro lado, enquanto essa dissolução do sujeito estava acontecendo, podemos ver nas disciplinas, sobretudo na literatura, um grande enriquecimento trazido pelas perspectivas feministas, junto com perspectivas pós-coloniais, de raça, de classe, étnicas — enfim, todas aquelas óticas críticas dos novos sujeitos —, rumo a uma renovação maravilhosa da crítica literária. Mas os críticos tradicionais não queriam ter que lidar com toda aquela gente e então decidiram dissolver o sujeito (risos)! A reação na academia norte-americana contra esses novos sujeitos tem sido muito agressiva, a ponto de as pessoas perderem seus empregos.

Claudia: Falando de novos sujeitos em relação aos novos gêneros literários, que podem se relacionar com gêneros sexuais e com outras categorias da diferença, observo práticas muito diferentes na academia norte-americana e na brasileira. Enquanto a norte-americana, em seus departamentos de literatura, dá muita ênfase ao festemunho, por exem-

plo, observo no Brasil (pelo menos na área de literatura) uma atitude de suspeita. Como você avalia o ensino do testemunho em sala de aula?

Mary Pratt: Houve um momento em que a academia esteve muito entusiasmada com o testemunho, mas depois começou a atacá-lo de maneira quase injustificável. Há um ano pensava escrever um artigo sobre esse gênero literário — intitulado 'Sobre o Assassinato de um Gênero Literário' ['Death Squads: On the Assassination of a Literary Genre']. Queria argumentar, primeiro, que as críticas ao testemunho eram motivadas pelo fato de que ele desafiava com muita força a autoridade acadêmica e, segundo, por que essa crítica não vinha apenas da direita, mas também da esquerda. Houve por exemplo o argumento de que ensinar o testemunho em sala de aula representava um ato de apropriação ilegítima, que o testemunho nesse contexto torna-se um mero texto e perde sua força ideológica, militante. Claro que isso não é verdade. Mas tal argumento fazia com que as pessoas se sentissem politicamente incorretas ao trabalhar em aula com o testemunho. Tendo em vista que o circuito comunicativo do testemunho é a universidade, abolir-lo das salas de aulas representa seu apagamento. É óbvio que a força de um testemunho depende muito do sujeito que testemunha, da profundidade de sua percepção e de sua expressividade. Sendo assim, há muita variação quanto a esse gênero literário. Para mim, o trabalho que deveríamos estar fazendo com o testemunho é contemplar o panorama dos textos e das práticas que os constituem para criarmos modelos para sua recepção, armar um aparato crítico. E toda essa tarefa foi interrompida pela crítica ao testemunho, inclusive a de esquerda. Essa crítica foi muito eficaz e deixou aberto, por exemplo, um espaço para aquele livro absurdo, irresponsável, metroso e incompetente de David Stoll sobre Rigoberta Menchú⁵.

Alai: Os meios de comunicação absorveram a crítica de David Stoll. No Brasil, a revista *Veja* publicou uma matéria sobre essa controvérsia.

Mary Pratt: O problema é que quando o ataque chegou à mídia não houve nenhuma voz para responder à altura. Só agora está saindo um livro de ensaios muito críticos sobre o livro de Stoll. O momento de sua publicação também não podia ser pior: quando os pactos de paz entre o exército e a guerrilha estavam sendo assinados na Guatemala. A editora deveria ter sido mais responsável e ter enviado o manuscrito a especialistas, porque o impacto que teve na própria Rigoberta Menchú, no mundo do testemunho e no mundo dos povos indígenas da Guatemala foi muito forte. Aquele livro é realmente inseqüente. É o infeliz resultado de uma irresponsabilidade editorial sem precedentes.

Claudia: Quando fazemos um trabalho acadêmico, principalmente a partir de uma crítica feminista, como podemos evitar apropriações indevidas de nossos textos?

⁵ Rigoberta Menchú and the Story of All Poor Guatemalans. Boulder, Colorado: Westview Press, 1999.

Mary Pratt: Tem duas coisas. Uma é escrever bem, dizer exatamente o que se quer dizer. Pesquisar bem. Mas a outra é que, se estamos falando de cooptação de nosso trabalho, não há nada que possamos fazer, pois a hegemonia se defende absolvendo e domesticando a crítica. A hegemonia é um fato, uma realidade dentro da qual vivemos. Então, minha reação tem sido sempre a de resistir. Cito um exemplo. Quando a idéia de multiculturalismo surgiu, ela foi imediatamente domesticada, cooptada e desqualificada em uma visão de um bufê cultural. Um dia você é muçulmano, outro dia você decide ser indígena, e assim por diante (risos). Embora tenha sido decepcionante o que fizeram com a idéia do multiculturalismo, penso que se ficarmos gastando nossas energias na luta contra tais cooptações/apropriações, perdemos de vista o trabalho mais amplo. Precisamos atuar em duas linhas de resistência: uma contra a cooptação, a outra no plano do senso comum. Precisamos conversar com as pessoas que recebem as imagens cooptadas do multiculturalismo e tentar mudar a maneira como pensam. Jamais perco uma oportunidade sequer de falar com públicos não acadêmicos. Isso é muito importante, pois as pessoas são seres que pensam, refletem, criticam. No caso do multiculturalismo, não é absolutamente verdade que um indivíduo escolherá frívolamente entre vários valores como se estivesse escolhendo comida em um bufê. Se você procura uma definição de si mesma, se vai em busca de uma identidade, isso é um projeto vital, existencial e muito fundamental, não é uma frivolidade. Então a imagem do bufê cultural associada ao multiculturalismo está sendo usada para desqualificar o projeto de diversificação da sociedade e também da cidadania. Não podemos pluralizar nossa sociedade das Américas sem termos uma análise de raça, gênero, sexualidade, classe etc. Por exemplo, há a necessidade de colocarmos a análise da questão racial no centro de nossas preocupações. Não pode ser uma análise da raça apenas, mas de raça/racismo, de gênero/sexismo e assim por diante. É o que Gayatri Spivak denomina de prática cultural crítica. Em qualquer disciplina, em qualquer campo de pesquisa, podemos analisar as práticas culturais críticas. O Estado não se interessa muito pela prática crítica, pois o que mais fomenta é a prática descritiva, ou seja, os informes do império elaborados a partir de uma equipe de especialistas cujo trabalho é formular recomendações. Porém, ao eliminar as vozes críticas, o Estado fica moribundo. Para que ele possa realmente funcionar, precisa ter uma capacidade de auto-reflexão crítica.

Claudia: Voltando às apropriações indevidas dos nossos textos. Não poderíamos utilizar conceitos — como o de 'zona de contato', que você cunhou — que resistissem à cooptação?⁶

Mary Pratt: Você não pode imaginar a vida que o termo 'zona de contato' tem tido (risos). Recebi uma carta no ano passado, de uma professora de inglês me pedindo uma contri-

⁶ Sobre o termo 'zona de contato', além de *Os Olhos do Império* (op. cit.), ver Mary L. Pratt *A Crítica na Zona de Contato*. *Travessia: Revista de Literatura*, n. 38. Florianópolis: UFSC, 1999 (no prelo).

bulção para uma antologia de estudos de zona de contato (*contact zone studies*). Não consigo imaginar o que poderiam ser tais estudos! A visão cooptada desse termo é que você pode a princípio ver qualquer situação como zona de contato. Este restaurante onde estamos agora poderia virar uma zona de contato, pois temos duas brasileiras e uma canadense nesta mesa. Analisar uma situação coletiva em sua heterogeneidade interna é uma coisa. Outra coisa é usar o termo 'zona de contato' como um lugar onde pessoas com histórias diferentes estão reunidas numa mesma formação social e em relações de desigualdade, de subordinação. Arnei uma definição bastante específica daquele lugar: é um lugar onde podemos construir um saber crítico. Acho muito legítima a idéia de 'zona de contato' como ótica (primeiro caso) e como espaço específico (segundo caso), porém é bom distinguir os dois sentidos do termo. O que acontece com 'zona de contato' no sentido de perspectiva, de ótica, é que você não sente culpa: você pode estar numa situação muito homogênea e dizer que é uma zona de contato. É um uso do termo que neutraliza os espaços institucionais. Contudo, não mudaremos nossas instituições se não integramos e se não diversificarmos as pessoas, os corpos que estão nesses espaços. Se não tivermos estudantes negros nas universidades, por exemplo, a luta contra o racismo torna-se completamente vazia. O mesmo com a mulher. É evidente para nós que se as universidades fossem unicamente dirigidas por homens (e muitas o são, infelizmente), não haveria a possibilidade de uma igualdade de gênero naquele espaço. 'Zona de contato' como ótica e como lugar constituem duas leituras muito diferentes do termo, ambas, porém, legítimas. Mas a primeira leitura não deve perder de vista a segunda.

Claudia: Há muito debate neste momento sobre a questão do lugar: sobre o lugar da teoria e a teoria do lugar. Há o imperativo de pensarmos no lugar de onde falamos, mas também de diferenciar a questão do lugar — contemplando toda sua complexidade — da questão da ótica.

Mary Pratt: Uma análise do espaço ou da ótica espacial tomou-se muito útil.

Alai: Como você percebe os atuais debates literários sobre cânone e valor?

Mary Pratt: Nos Estados Unidos, o estudo da literatura americana nas universidades começou nos anos 1920 e 1930. O estudo literário naquele país estava ancorado na literatura grega, depois entravam com os clássicos europeus. A idéia de estudar Emerson, Melville, sem falar em Whitman, era incompreensível. No Brasil, não sei em que momento o estudo da literatura brasileira foi legitimado, mas seguramente houve muito debate. O mesmo aconteceu no Canadá. Lembro-me muito bem de que minha educação literária em Toronto foi maravilhosa. No último ano tive a opção de fazer um curso de literatura canadense e não sabia que havia tal coisa! Naquele ano fui escu-

tar uma poeta local, Margareth Atwood, e fiquei fascinada! Só quando comecei o doutorado nos Estados Unidos (porque naquela época não existiam programas de doutorado no Canadá nas áreas que me interessavam) fui introduzida a 'outro' tipo de literatura, justamente como a produzida por Atwood. Compreendi então que havia estado todos aqueles anos na universidade lendo uma literatura que estava em outra parte! É uma imaginação colonizada. Para mim, os cânones são sempre negociados, jamais são totalmente rígidos como inicialmente parecem. Sempre existe uma abertura, mas precisamos ser agressivas e insistir na abertura. É certo que é uma luta, e a resistência vem da insegurança e da dor. Se você fala com um crítico literário tradicional, digamos, um cervantista, entenda que aquela pessoa dedicou sua vida a um autor e fez dele um monumento ao qual reverencia diariamente. Isso não é um erro, vale a pena estudar o Cervantes dessa forma — sou incapaz, mas vale a pena (risos). Então, você chega com sua oralidade, com um texto de uma pessoa de 90 anos vivendo em uma aldeia qualquer da Espanha e encontrará o cervantista reagindo contra você, com medo da sua invasão. Mas, pergunto-me, quem sabe se o relato oral do espanhol de 90 anos não vai tornar a leitura de Cervantes ainda mais interessante? Um faz eco ao outro. Acho que para invadir o cânone é preciso um pouco de sedução, é preciso cooptar os cervantistas do cânone, pois, na verdade, eles têm muito medo de se tomarem inúteis (risos). Parte do problema do cânone é a dor dos críticos.

Claudia: Eu lhe perguntei, numa conversa anterior, até que ponto uma perspectiva feminista lhe ajudou ou lhe atrapalhou na academia. Você me respondeu que seu conhecimento dos grandes textos, do cânone literário, havia sido de grande auxílio. Precisamos conhecer profundamente o cânone ocidental, branco, heterossexual, patriarcal etc para transitarmos com sucesso na academia? Mesmo diante do fato de que a própria academia desconhece profundamente a crítica literária e cultural feminista?

Mary Pratt: Queria retirar aquela resposta. Falando de forma autobiográfica, creio que o problema não é ser feminista, mas ser mulher na academia (risos)! Mas não devemos nos esquecer de que pode-se ser mulher e trabalhar dentro das convenções canônicas. No meu caso particular, mais difícil do que ser feminista dentro da academia foi ser de esquerda durante o período de Reagan-Bush (1980-1992). Mas queria dizer que não há coisa mais importante no cotidiano da vida acadêmica do que o diálogo. Se partimos da premissa de que o que tenho a dizer é incompreensível para a outra pessoa, ou vice-versa, não há diálogo possível. Para mim sempre foi crucial poder falar, ou saber falar, principalmente com os intelectuais mais tradicionais. Aqui a categoria do 'reconhecimento', usada por Nancy Fraser, é bastante útil. As pessoas querem reconhecimento. O que buscamos pode ser igualdade, mas é também o reconhecimento.

Contudo, apesar da educação canônica que tive, há lugares onde não posso dialogar. Mas a utilidade daquela educação é que posso entender melhor o que alguém, que intelectualmente nada compartilha comigo, está dizendo e convencê-lo/a do contrário mais facilmente. Se permanecermos fechadas na categoria da alteridade, a reação que provocaremos nos outros é a de burla e conseqüentemente de controle. Claro que estou falando de maneira muito instrumental, do cotidiano das universidades. Em relação ao cânone literário, jamais teria acreditado que agora, na virada do século, travo as mesmas lutas que travava vinte anos atrás. Embora seja certo que algumas coisas hajam melhorado, creio que outras até pioraram na academia. Se soubesse o quanto essas lutas seriam difíceis, seguramente teria ido para outro lugar (risos). Por outro lado, vejo as teorias feministas — que explicam como os sistemas de gênero operam na sociedade — exercendo um papel fundamental em qualquer tipo de análise crítica.

Alai: Mas voltando à questão do diálogo, vejo que debatemos muito pouco em nossa academia. Nós nos encontramos para dar conta da burocracia, não para o diálogo. Exceto quando estamos num lugar como este bar...

Mary Pratt: Mas é essencial ter algum tipo de espaço que não seja institucional. Falando de dicotomias, distingo dois tipos de espaço. Um é a 'zona de contato', o outro é o que chamam em inglês de *safehouse*, ou seja, 'zona de segurança'. Defino a zona de segurança como um espaço delimitado por um grupo de pessoas cujas relações constituem a base da solidariedade. Nesse espaço não há necessariamente homogeneidade, mas solidariedade. A zona de segurança é um contexto onde não existe perigo, e todas somos convidadas a uma troca de idéias. Muidas das idéias e dos conhecimentos adquiridos na zona de segurança, saímos então para a zona de contato, que é um espaço muito mais conflituoso. Esses dois espaços, porém, são fundamentais. Se estivermos na zona de contato como indivíduos, a hegemonia vai se reproduzir e infligir muito dano. Gostaria de frisar que o espaço da zona de segurança não pode ser na biblioteca da universidade, nem no restaurante da universidade e tampouco na sala de alguma professora, mas sim, por exemplo, na casa de alguém ou até no quarto de algum hotel durante um congresso. Mas esse lugar precisa ser especificamente designado como zona de segurança, pois é onde poderemos desenvolver um trabalho solidário, intelectualmente rico, e que não se configure como confronto agonístico de pontos de vista diferentes.

Claudia: Sobre o que você tem escrito recentemente?

Mary Pratt: Acabo de fazer um estudo sobre Nellie Campobello no México. A história dela é a história, existente em quase todos os países, do desaparecimento das mulheres e de sua produção cultural. Ela foi a escritora mais importante da

revolução mexicana e fundadora da Escola Nacional de Dança no México. Permaneceu diretora daquela escola até os anos 1980. Porém seu trabalho literário e artístico permaneceu praticamente esquecido até o momento de seu desaparecimento entre 1985-86 (ela tinha 85 anos quando desapareceu). Foi nesse período que Nellie capturou novamente a atenção do público. Seus amigos, buscando-a, descobriram que ela foi mantida presa pelo casal encarregado de cuidar dela (ela havia assinado um documento dando-lhes o controle de sua pensão). Quando o casal foi acusado, eles contrataram um advogado de narcotraficantes. No julgamento, Nellie Campobello não pôde falar nada (evidentemente estava drogada). A juíza ordenou que ela ficasse sob os cuidados do Estado, mas o advogado do casal e seus seguranças levantaram Nellie pelos braços e a levaram à força do tribunal (a polícia, corrupta, nada fez para impedir o sequestro, apesar das ordens e apelos desesperados da juíza). Nellie morreu em 1986, de fome, drogada, alcoolizada (como alimento ela recebia vinho, jamais havia ingerido álcool em sua vida!) e o Estado foi incapaz de intervir. Fiquei ao mesmo tempo muito triste e muito indignada com a omissão no registro histórico dessa mulher tão incrível.

Alai: Quando ainda nem conseguimos preencher todas as lacunas existentes na memória histórica — e o caso de Nellie Campobello na história literária latino-americana é exemplar — qual a sua opinião a respeito de toda essa conversa sobre pós-feminismo? Se o prefixo pós carrega em si um sentido de oposição, como você definiria o pós-feminismo?

Mary Pratt: Não consigo entender o que poderia ser o pós-feminismo. Um dos sentidos do termo diz que o feminismo já cumpriu com todos os seus objetivos e que o projeto de transformação do sistema de gênero precisa entrar em outra etapa. Por exemplo, integrantes do movimento *queer*, nos Estados Unidos, adotam essa posição. Mas esse sentido do pós-feminismo também pode ter conseqüências nefastas. Quando imagino os decanos de minha universidade suspirando aliviados ao saber que entramos no pós-feminismo, ao saber que aquelas mulheres não irão mais bater na porta de suas salas exigindo e reclamando (risos), fico sinceramente preocupada com o modismo do termo. Não o usaria em nenhum contexto. É um termo do qual suspeito pela invalidez de conteúdo.

Alai: Em reportagens de jornais americanos, Camille Paglia aparece como pós-feminista. Como ela é vista entre as feministas norte-americanas?

Mary Pratt: Ela tem acesso à mídia porque sabe utilizá-la. Sua presença pública é muito forte e eficaz. Uma amiga feminista, vendo-a um dia, exclamou para mim: "ah se ela tivesse do nosso lado..." Isso revela que nenhuma de nós foi capaz até agora de usar os meios de comunicação com tanto sucesso, sendo Gloria Steinen a única exceção. Mas Paglia dá pena por-

que as críticas que ela faz ao feminismo são totalmente falsas (crítico principalmente sua falta de humor, sua repressão do lúdico em todas nós, mas creio que ela sinceramente acredita em tudo o que diz). Ela vendeu-se à mídia em troca do *status* de celebridade. O mais lastimável do fenômeno Paglia, no entanto, é que o espaço que ela ocupa foi-lhe possibilitado pelas feministas que ela agora critica.

Claudia: Para encerrar nossa entrevista, gostaria de saber para onde você acha que a crítica literária feminista está caminhando?

Mary Pratt: Na minha opinião, por um lado, o trabalho de recuperação dos arquivos históricos está ainda muito longe de acabar. Isto é um projeto histórico e crítico (friso a palavra crítico) muito importante. Precisamos impedir que a violência contra as mulheres continue na forma de esquecimento histórico, principalmente a violência às mulheres que se destacaram por seus intelectos (muitas por terem sido escritoras). Por outro lado, temos um grande desafio: 'o que fazer com a literatura *light* no momento atual?' Existe um mapeamento crítico pretendendo mostrar que quase todas as escritoras na América Latina estão engajadas em literatura *light* (por exemplo, Isabel Allende, Laura Esquivel etc). Porém, esse mapeamento nos leva a supor (sublinho a palavra) que os homens estejam produzindo literatura *heavy* (risos). Li muita literatura latino-americana nesse último ano e vi que este não é bem o caso. Os homens também estão do lado *light* da criação literária (veja o caso de Ricardo Piglia). Tal qual as mulheres escritoras, eles fazem isso porque precisam vender. A pergunta que devemos nos colocar é: o que fazer com esse tipo de literatura? Como críticos, podemos decidir não lê-la e voltarmos à literatura *heavy* de autoras como Diamela Eltit. Mas ela é muito criticada por ser julgada elitista. Encontrame, então, na posição de querer defender a literatura difícil, principalmente em lugares que não pensava ser necessário. Finalmente, penso que, como críticos, temos uma responsabilidade muito grande para com as escritoras. Na América Latina, a escritora para ser lida depende muito de sua recepção crítica (veja que a maioria dos prêmios literários vai para os homens). Creio que como acadêmicas feministas devemos usar nosso poder para fomentar a literatura de autoria feminina.